



CIÊNCIAS DA SAÚDE:

Influências sociais, políticas, institucionais e ideológicas

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)



CIÊNCIAS DA SAÚDE:

Influências sociais, políticas, institucionais e ideológicas

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

istock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
 Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
 Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
 Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
 Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
 Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
 Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
 Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
 Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
 Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
 Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Prof. Dr. Daylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
 Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
 Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
 Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
 Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
 Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
 Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
 Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
 Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
 Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
 Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
 Prof. Me. Edson Ribeiro de Brito de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
 Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
 Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
 Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
 Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
 Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
 Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
 Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
 Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPB
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
 Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências da saúde: influências sociais, políticas,
institucionais e ideológicas / Organizador Luis Henrique
Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-252-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.521210807>

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida
(Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A respeito da influência das dinâmicas sociais, políticas, institucionais e ideológicas no campo da saúde, o texto “Diretrizes para a política de saúde de um governo popular e democrático” publicado em 1987 nos Cadernos de Saúde Pública pelo autor Luiz Salvador de Miranda Sá Júnior, explicita que: “(...) quanto maior e mais enraizada for a consciência da população de que saúde é bem-estar e que o bem-estar é decorrência da satisfação de necessidades básicas do indivíduo e de proteção do ambiente, estando, inseparavelmente, interligada à educação, à habitação, aos transportes, ao vestuário, à higiene do ambiente, à política salarial e a outras necessidades individuais e sociais, tanto mais a sanidade e o sistema de saúde serão objeto de reivindicações e de propostas políticas concretizáveis”.

Por sua vez, a presente obra planejada em três volumes pela Atena Editora, contempla 68 textos entre artigos técnicos e científicos elaborados por pesquisadores de Instituições de Ensino públicas e privadas de todo o Brasil. Indo ao encontro da indissociabilidade entre os contextos aqui abordados, a organização deste e-book foi implementada de modo a possibilitar que todos os volumes abordassem todas as temáticas de seu título: “Ciências da Saúde: Influências Sociais, Políticas, Institucionais e Ideológicas”.

Espera-se que o conteúdo aqui disponibilizado possa subsidiar o desenvolvimento de novos estudos contribuindo para o interesse da ciência nacional acerca das políticas públicas e de seus respectivos impactos na área da saúde. Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EQUIPE DE ENFERMAGEM E SEUS CONHECIMENTOS DE TERAPIA INTENSIVA NA REANIMAÇÃO CARDIOPULMONAR EM CRIANÇAS

Elenito Bitencorth Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108071>

CAPÍTULO 2..... 19

ABORTAMENTO E AUTONOMIA FEMININA: O QUE DIZEM OS RELIGIOSOS?

Christiane dos Santos de Carvalho

Daniel Ferreira dos Santos

Adriana Crispim de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108072>

CAPÍTULO 3..... 28

BRIÓFITAS E O POTENCIAL USO NA FITOTERAPIA

Thalita Caroline Passos Hauari

Amanda de Araujo Mileski

Daniela Cristina Imig

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108073>

CAPÍTULO 4..... 32

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS IDOSAS EM LISTA DE ESPERA PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Andrea Mendes Araújo

Ângelo José Gonçalves Bós

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108074>

CAPÍTULO 5..... 44

CONTRIBUIÇÃO DO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Miria Elisabete Bairros de Camargo

Maria Renita Burg

Mariana Brandalise

Estela Schiavini Wazenkeski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108075>

CAPÍTULO 6..... 55

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Julia Esteves de Moraes

Lucas Almeida Moreira

Raquel Sena Pontes Grapiuna

Bianca Tavares Emerich

Bruna Aurich Kunzendorff

Karina Gomes Martins

Lara Alves Paiva
Lara Morello de Paulo
Lívia Duarte Souza
Lucas Machado Hott
Rafaela Alves Teixeira
Jadilson Wagner Silva do Carmo
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108076>

CAPÍTULO 7..... 66

EPISTEMOLOGIA DA ECONOMIA DA SAÚDE

Glauciano Joaquim de Melo Júnior
Diego de Melo Lima
Flávio Renato Barros da Guarda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108077>

CAPÍTULO 8..... 74

EXCESSO DE PESO E FATORES ASSOCIADOS EM MULHERES ADULTAS DE UMA CAPITAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE HIERÁRQUICA

Gabriela Dalcin Durante
Lenir Vaz Guimarães
Neuber José Segri
Maria Silvia Amicucci Soares Martins
Luciana Graziela de Oliveira Boiça

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108078>

CAPÍTULO 9..... 90

GRUPO DE CUIDADO E ATENÇÃO À SAÚDE DOS PACIENTES COM ESCLEROSE MÚLTIPLA: UMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR

Bruna Maciel Catarino
Luciano Palmeiro Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5212108079>

CAPÍTULO 10..... 95

MICROBIOTA FÚNGICA DE CONDICIONADORES DE AR RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Antonio Neres Norberg
Paulo Roberto Blanco Moreira Norberg
Paulo Cesar Ribeiro
Fabiano Guerra Sanches
Fernanda Castro Manhães
Bianca Magnelli Mangiavacchi
Nadir Francisca Sant'Anna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080710>

CAPÍTULO 11 103

O SIGNIFICADO DA VISITA PUERPERAL PARA OS ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA

SAÚDE DA FAMÍLIA DE UMA CIDADE DO SUL DE MINAS GERAIS

Maria Thamires Maia da Costa

Mirian Silva Inácio

Jerusa Gomes Vasconcellos Haddad

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080711>

CAPÍTULO 12..... 111

ÓBITOS E IMUNIZAÇÃO: ANÁLISES DOS ÓBITOS E DA COBERTURA VACINAL CONTRA GRIPE NAS REGIÕES BRASILEIRAS ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2017

Luís Roberto da Silva

Isabel de Jesus Brandão Barreto

Isadora Sabrina Ferreira dos Santos

Aline Evelin Santino da Silva

Laís Eduarda Silva de Arruda

José Thiago de Lima Silva

Maria Grazielle Gonçalves Silva

Ricardo José Ferreira

Emília Carolle de Azevedo Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080712>

CAPÍTULO 13..... 125

OCORRÊNCIA DE *ESCHERICHIA COLI* E *STAPHYLOCOCCUS AUREUS* EM QUEIJOS MINAS FRESCAL ARTESANAIS PRODUZIDOS NA ZONA RURAL DA BAIXADA FLUMINENSE, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Antonio Neres Norberg

Paulo Roberto Blanco Moreira Norberg

Paulo Cesar Ribeiro

Fabiano Guerra Sanches

Edyala Oliveira Brandão Veiga

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Nadir Francisca Sant'Anna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080713>

CAPÍTULO 14..... 136

PÊNFIGO FOLIÁCEO ENDÊMICO COMO DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DE LUPUS BOLHOSO

Caroline Graça de Paiva

Juliana Saboia Fontenele e Silva

Caroline Rehem Eça Gomes

Alanna Ferreira Alves

Aline Garcia Islabão

Marne Rodrigues Pereira Almeida

Maria Custodia Machado Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080714>

CAPÍTULO 15..... 141

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL EM UM MUNICÍPIO

DA BAIXADA MARANHENSE, NORDESTE BRASILEIRO - 2010 A 2020

Ednolia Costa Moreira

Elainy Pereira Ribeiro

Joelmara Furtado dos Santos Pereira

Laice Brito de Oliveira

Julieta Carvalho Rocha

Francisca Patrícia Silva Pitombeira

Thainnária Dhielly Fonseca Nogueira

Marcos Viegas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080715>

CAPÍTULO 16..... 151

PREVALÊNCIA E ALTERAÇÕES ECOGRÁFICAS COMPATÍVEIS COM ESTEATOSE HEPÁTICA EM PACIENTES ENCAMINHADOS PARA EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMINAL EM ARACAJU, SE

Josilda Ferreira Cruz

Mário Augusto Ferreira Cruz

José Machado Neto

Demetrius Silva de Santana

Cristiane Costa da Cunha Oliveira

Victor Fernando Costa Macedo Noronha

Sônia Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080716>

CAPÍTULO 17..... 162

RASTREAMENTO DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA ATENÇÃO BÁSICA

Huanna Raíssa de Medeiros Fernandes

João de Deus de Araújo Filho

Ully Nayane Epifânio Carneiro

Cristyanne Samara Miranda Holanda da Nóbrega

Dulcian Medeiros de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080717>

CAPÍTULO 18..... 175

REFLEXOS DO PRINCÍPIO DA INTEGRALIDADE NA FORMAÇÃO DO MÉDICO: RELATÓRIO SOBRE O PROJETO SOCIAL *TIO BARROS*

Milena Christine Krol do Nascimento

Mario Augusto Cray da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080718>

CAPÍTULO 19..... 179

RELATO DE CASO: SEPTO VAGINAL COMPLETO

Tálitha Pastana de Sousa Marinho

Everton Margalho Marinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080719>

CAPÍTULO 20..... 184

**SEGURANÇA DO PACIENTE NA VISÃO DOS ACADEMICOS DE ENFERMAGEM –
REVISÃO DA LITERATURA**

Naiane Melise dos Santos Souza

Samuel Lucas dos Santos Souza

Regina Célia de Oliveira Martins Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080720>

CAPÍTULO 21..... 195

**TAMPONAMENTO CARDÍACO AO DIAGNÓSTICO DE LUPUS ERITEMATOSO
SISTÊMICO JUVENIL - RELATO DE TRÊS CASOS**

Caroline Graça de Paiva

Alanna Ferreira Alves

Caroline Rehem Eça Gomes

Marne Rodrigues Pereira Almeida

Aline Garcia Islabão

Maria Custódia Machado Ribeiro

Simone Oliveira Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080721>

CAPÍTULO 22..... 198

**VALOR DOS SERVIÇOS HOSPITALARES COM INTERNAÇÃO DE IDOSOS POR
DOENÇAS DEGENERATIVAS DE DISCO EM REGIÕES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS
10 ANOS**

Meyling Belchior de Sá Menezes

Bárbara Loeser Faro

Danilo Brito Nogueira

Isabela Santos Gois

João Victor de Andrade Carvalho

Juliana Monroy Leite

Larissa Sá dos Santos

Luíza Brito Nogueira

Nicole Santiago Leite

Tatiana Martins Araújo Ribeiro

Viviane Garcia Moreno de Oliveira

Denison Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080722>

CAPÍTULO 23..... 204

**IMPULSO INICIAL NA CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE SOCIAL DO AUTISMO: UMA
BREVE HISTÓRIA ATÉ O INÍCIO DOS ANOS 2000**

Marisol dos Santos

Leila Veronica da Costa Albuquerque

Ana Cristina Holanda de Souza

Gislei Frota Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52121080723>

SOBRE O ORGANIZADOR.....216

ÍNDICE REMISSIVO.....217

ABORTAMENTO E AUTONOMIA FEMININA: O QUE DIZEM OS RELIGIOSOS?

Data de aceite: 01/07/2021

Christiane dos Santos de Carvalho

Residência Em Enfermagem Obstétrica -
Hospital Universitário da Universidade Federal
do Maranhão – HUUFMA
Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/2324480005865148>

Daniel Ferreira dos Santos

Universidade Federal do Maranhão
Programa de Educação Tutorial
Imperatriz - MA
<http://lattes.cnpq.br/8132999017081680>

Adriana Crispim de Freitas

Universidade Federal do Maranhão
Programa de Educação Tutorial
Imperatriz - MA
<https://orcid.org/0000-0001-6310-0015>

RESUMO: Como base para opiniões e posicionamentos, a religião tende influenciar de forma direta seus seguidores, e nessa linha, se opõem a temas que envolvam a vida como objeto, como no caso do abortamento provocado. Assim, o presente trabalho buscar evidenciar a concepção de religiosos sobre a prática do abortamento provocado. A amostra foi composta por seguidores das religiões católica, evangélica, espírita e Testemunhas de Jeová, contemplando 22 participantes. A realização da pesquisa se deu por meio uma entrevista gravada em áudio, orientada por meio de um roteiro. Para análise dos resultados, foi utilizado o método de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados

revelam que religiosos veem o abortamento como pecado e a penalização na forma de crime como um meio de impedir tal prática. Segundo os mesmos, a preservação da vida do feto deve ser assegurada se sobrepondo ao que se considera ser autonomia da mulher sobre seu corpo, quando opta pela interrupção. Conclui-se, portanto, que religiosos se guiam nos preceitos doutrinários para sua conduta moral, e é dever do estado, por meio da laicidade, permitir a livre expressão religiosa ao passo que controla a influência desta sobre suas leis.

PALAVRAS-CHAVE: Direito, Feminismo, Discurso do Sujeito Coletivo.

ABORTION AND FEMALE AUTONOMY: WHAT DO RELIGIOUS PEOPLE SAY?

ABSTRACT: As a basis for opinions and positions, religion tends to directly influence its followers, and in this line, they are opposed to themes that involve life as an object, as in the case of induced abortion. Thus, the present work seeks to highlight the concept of religious about the practice of induced abortion. The sample consisted of followers of the Catholic, Evangelical, Spiritism and Jehovah's Witnesses, comprising 22 participants. The research was carried out through an audio recorded interview, guided by a script. To analyze the results, the Collective Subject Discourse Analysis method was used. The results reveal that religious see abortion as a sin and penalization in the form of crime as a means of preventing such practice. According to them, the preservation of the life of the fetus must be ensured by overriding what is considered to be the woman's autonomy over her body, when she

chooses to interrupt. It follows, therefore, that religious are guided by doctrinal precepts for their moral conduct, and it is the duty of the state, through secularism, to allow free religious expression while controlling its influence over its laws.

KEYWORDS: Right, Feminism, Collective Subject Discourse.

1 | INTRODUÇÃO

A religião representa um conjunto de preceitos e princípios pautados na crença em um ser superior, que tem como característica o poder e controle sobre demais seres. Etimologicamente, trata-se de uma palavra originada do latim *religio*, que tem por significado ‘religação’ ou ‘reconecção’ (LEITE, 2014; VALERIO, 2017).

Nesta vertente, diante da miscigenação de raças e de diferentes origens religiosas, o Brasil desde 1988 é considerado laico, permitindo a livre expressão religiosa. Trata-se de um direito assegurado pela Constituição Federal (1988), que dispõe em seu Art. 5º, parágrafo 6º que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”.

Essa liberdade religiosa se mostra importante quando se destaca a expressão religiosa no Brasil, onde, como revelado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CENSO DEMOGRAFICO, 2010) cerca 91,8% dos brasileiros possuem religião, na qual se destacam a Católica Apostólica Romana (64,6%) e Evangélica (22,2%). As religiões Espírita e Umbanda e Candomblé, expressam, nessa ordem, 2% e 0,3% do total de representatividade.

O aborto provocado é considerado infanticídio no Brasil pelo Código Penal de 1940 (Decreto-Lei N° 2.848), prevendo detenção tanto para mulher que o pratica (quando esta participa intencionalmente do ato) quanto para quem auxilia ou realiza tal ato, aumentando a pena de reclusão quando realizado sem o consentimento da mulher.

O próprio Código Penal declara ainda ser justificável a prática do abortamento provocado quando a gestação for resultado de um abuso sexual ou de risco para vida da mulher, e desde 2012, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), passou-se a se autorizar abortamento de fetos diagnosticados com anencefalia. Nestes três casos, o abortamento que pode ser realizado através do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2012). Portanto, nestas situações, a prática do aborto provocado é nomeada como ‘abortamento legal’, em contrapartida às práticas não autorizadas por lei, nomeadas como abortamento ilegal.

As religiões, apesar de divergirem entre si, possuem opiniões fundamentadas, em sua maioria, na preservação da vida, e neste sentido, o aborto provocado é condenado, pois religiões valorizam a vida do feto desde o momento em que se observa a existência. E devido a sua grande influência, conduz seus fiéis ao mesmo pensamento e postura diante

do tema (BOARETO, 2017; SUÉLI, 2017).

Vale destacar, que mesmo presente na cultura, a religião, na questão do aborto, não influencia em absoluto na sua prática. Como revela pesquisa que expõem a dimensão da prática no Brasil, onde das 2002 mulheres que declararam ter abortado intencionalmente, cerca de 39% declararam pertencer a alguma religião (DINIZ; MEDEIROS, 2017).

Assim, o tema provoca inquietação por meio da sociedade, onde provoca uma divisão de opiniões, no qual se põe em questão se tal ato é pecado, crime ou direito reprodutivo da mulher, o que impede de se trabalhar o tema exclusivamente sob olhar da questão reprodutiva e aponta para a necessidade a se trabalhar tal tema na atualidade. Como declaram Wiese e Saldanha (2014): “É necessário sair dos extremos ‘contra’ e a ‘favor’ do aborto e enxergar que essa temática é de uma complexidade que não pode ser resumida por essas palavras, tampouco se encerram no ponto de vista jurídico ou deontológico” (WIESE; SALDANHA, 2014, p. 545).

Nesta perspectiva, o presente trabalho objetiva expor resultados de uma pesquisa cuja amostra é composta por seguidores religiosos, evidenciando o posicionamento destes acerca do abortamento provocado e a mulher que aborta.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, transversal de natureza qualitativa. A amostra foi composta por seguidores de religiões cristãs. Assim, foram incluídos homens e mulheres Católicas, Protestantes, Espíritas e Testemunhas de Jeová, totalizando a inclusão de 22 indivíduos na amostra.

O contato com os participantes se deu através da localização de templos religiosos. Após a localização destes, houve autorização prévia de líderes/representantes do templo para acesso ao local para convite aos religiosos. A seleção dos templos se deu por conveniência. Após isto, foram realizadas novas visitas para convite aos religiosos. A pesquisa foi realizada em local, data e horário de escolha do participante, que, após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada uma entrevista em áudio seguindo um roteiro com perguntas abertas.

Para análise dos dados, foi utilizada o método qualitativo de Discurso do Sujeito Coletivo. Nesta modalidade, as falas dos sujeitos se unem em uma só, sintetizando as ideias das falas em um único parágrafo, que representa a ideia de um todo sobre o determinado tema, sendo redigido na primeira pessoa do singular, sem perder a fidelidade das ideias do coletivo da amostra (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

Assim, surgiram 5 ideias centrais a serem percorridas neste trabalho: I- Visão sobre o abortamento, II- Autonomia da mulher sobre seu corpo, III- Consequências e penalidades, IV- Descriminalização do abortamento, V- A religiosidade como guia na conduta.

A pesquisa obedeceu aos critérios éticos presentes na resolução 510/2016 do

Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), e os dados somente foram coletados após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, sendo aprovado sob o parecer nº 2.835.553. A idealização desta pesquisa se deu através do Programa de Educação Tutorial – PET Conexões de Saberes de Imperatriz, desenvolvido com a colaboração direta e indireta de todos os membros, orientado por um docente.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise dos discursos, foram encontradas cinco categorias, a serem discutidas a seguir.

Ideia Central Síntese - Visão sobre o abortamento

“Aborto é crime, é um assassinato planejado. Porque você mata alguém que não pode se defender, e quem mata teve a chance de viver. E isso é pecado.”

Como questionado na fala, ao se abortar se nega a vida ao ser abortado. E é neste ponto que se firma o questionamento sobre a violabilidade do direito ao abortamento pela mulher e da garantia de acesso a vida pelo feto.

O religioso, em seu discurso, possui grande defesa da vida. Esta defesa decorre dos próprios ensinamentos perpassados pela religião e livros doutrinários. O aborto é então visto como algo contra a família, algo grave, um delito (VIEIRA JÚNIOR, 2017).

O Código Civil afirma que o direito do nascituro começa no nascimento. Ou seja, o exercício de seus direitos depende do seu nascimento com vida. O mesmo artigo afirma, entretanto, que a lei põe a salva desde a concepção o direito deste, levando a interpretação que ele possui direito antes mesmo de nascer (BRASIL, 2002).

A Constituição Federal declara que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Consequentemente, há existência do direito ao nascimento. Assim, surge a condenação do direito ao abortamento, por violar o acesso à vida, que é negado, e consequentemente, o exercício de demais direitos (BRASIL, 2019).

Lorenzetti (1998), citado por Felizardo e Martins (2019) discorre sobre tal direito:

*“A palavra **Todos** parece compreender não apenas as pessoas já nascidas, mas também o feto, o que implicaria sustentar a existência de um direito à vida, ou direito de nascer, direito de personalidade, o que levaria à consequência lógica de que o aborto “violenta o sentimento filosófico do ordenamento jurídico, é inconstitucional e contradiz o direito civil”.*

Ideia Central Síntese - Autonomia da mulher sobre seu corpo

“O corpo é dela, o livre arbítrio é dela. Mas não se pode falar de autonomia, porque ali é outro corpo, é outra vida. Não é extensão dela. É uma concessão de Deus. E o feto tá ali, sem ter como se defender. Ela não pode responder pelo direito de viver de um outro corpo. Quem dá a vida é Deus, então é injusto

dizer que pode fazer o que quer porque o corpo é seu. E também, acredito que ela não tá livre para fazer o que quiser com o corpo, porque Deus fornece proibição”.

Ao que se observa no discurso de religiosos praticantes, o fato de o ser humano ser incapaz de conceber uma vida por si só, o fato de o fôlego de vida ser dado por uma entidade poderosa que controlar o início e fim de uma existência torna inconcebível e intolerável a legitimidade do abortamento. Observa-se que tal ato é encarado como um assassinato sem chance de defesa da vítima.

Nesta perspectiva então, a mulher é vista como uma portadora de um ser, alguém que tem a responsabilidade gerá-lo, que tem autonomia sobre seu corpo, porém, pelo fato de o feto ser outro indivíduo, o abortamento não é observado como item de acesso a autonomia feminina, mas um ser a parte, apesar de dependente.

Junior (2017) afirma que a criminalização do aborto viola a autonomia da mulher por impossibilitar sua livre escolha sobre seu corpo. Discorrendo que, quando isso ocorre, a mulher vai contra sua vontade, perdendo a autonomia sobre si. E, além disso, se inserindo em riscos da uma gravidez, com risco para consequências físicas e psicológicas, alterando sua imagem corporal e seus planos futuros.

Para os autores Biroli e Miguel (2016), a autonomia é caracterizada pelo controle da mulher sobre seu corpo, sobre o que se passa nela, sem a interferência do estado, religião e demais indivíduos. Entretanto, a decisão sobre o aborto pode estar ligada a valores internalizados pela mulher no decorrer de sua vida, como sua fé, cultura e meio social e a autonomia se insere em se basear nestes fatores para produzir sua opinião e decisão. A autonomia está na liberdade de se decidir.

Ideia Central Síntese - Consequências e penalidades

“Cada um é responsável pelos seus atos. Muitas vezes nos arrependemos do que fazemos, e aquilo, o arrependimento, já se torna uma penalidade. E não cabe a gente julgar. Acho que devemos ajudar, orientar. Mas se a justiça diz que deve ser presa, talvez assim ela pague pelo que fez. Se for alguém da igreja, vai ter que passar por uma disciplina, se não for, a gente tenta ajudar como pode.”

Sob o olhar e concepção de que o abortamento é pecado, religiosos não acreditam que a cadeia é uma medida útil de corrigir uma mulher, mas como medida para exemplificar a consequências práticas e jurídicas de se induzir o abortamento.

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Locomotiva de Pesquisa em conjunto com a Agência Patrícia Galvão (2017), realizada com brasileiro com idade igual ou maior que 16 anos, revela que 50% destes concorda que mulheres que induzem ao abortamento devem ser presa, em contraposição a 38% que discorda e 12% que não possuem um posicionamento.

Nesta perspectiva, é de grande valor citar uma pesquisa de cunho nacional realizada

pelos autores Diniz, Medeiros e Madeiro (2016) que revelaram a realidade do abortamento no Brasil: mesmo sendo crime, considerado uma prática imoral e pecaminosa por alguns, o aborto é amplamente praticado. A pesquisa revelou que 1 entre 5 mulheres de até 40 anos já realizou um abortamento e que no ano de 2015, foram, pelo menos 500 mil.

Portanto, a criminalização é vista como algo inefetivo, que não produz resultados pois mulheres não são prezas por praticarem abortamento, porém, a criminalização e o tabu construído em torno do tema impedem a busca por serviços de saúde seguros e atendimento que forneçam a informações, cuidados necessários e apoio psicológico. A criminalização não é uma medida protetiva, mas que gera consequências em número de letalidade e mortalidade, por dificultar o acesso ao abortamento seguro. (DINIZ, MEDEIROS; MADEIRO, 2016; LOPES; OLIVEIRA, 2019).

Ideia Central Síntese - Descriminalização do abortamento

“Acredito que a melhor solução é a prevenção. Tem várias formas de se prevenir, com anticoncepcionais, camisinhas ou não fazer. Evitar. Se não casou, espera casar, vai consultar, fazer exames... Porque se não, muitas pessoas vão abortar e muitas vidas serão ceifadas. E como não vai mais ter preocupações em engravidar, também vai aumentar o número de doenças venéreas.”

Na fala, se observa um pensamento de que a criminalização do aborto que assegura a sua não prática e que se descriminalizado, a prática será rotineira e de substituição a meios comumente utilizados para interromper gravidez. Se observa, que o abortamento é visto como consequência simples da não prevenção, não considerando demais aspectos complexos envolvidos na descoberta de uma gravidez provavelmente não planejada, como situação conjugal, financeira e social.

Sobre a ideia de que a descriminalização permitiria um salto no número de abortamentos realizados, Chade (2016) atenta para países onde a taxa de abortamento diminuíram após a descriminalização. Tal fato é justificado devido, não a descriminalização em si, mas ao acesso melhorado ao planejamento reprodutivo e acesso a métodos contraceptivos melhorados. Ou seja: uma melhora na qualidade de serviços de planejamento familiar permitiria a prevenção de gravidezes indesejadas, e assim, diminuição da prática da interrupção.

Silva (2017) afirma que com a descriminalização, estas mulheres passariam por atendimento médico e psicológico, sem julgamento e sem punições, para confirmação de sua decisão. Tal prática, que é observado em alguns países europeus e latino americano, apontam para diminuição da prática do abortamento após descriminalização, no qual a taxa de desistência sobre a prática subiu para 30%.

Cabe salientar ainda, que a criminalização do abortamento o leva a ser praticado de forma clandestina, e seus dados, os verdadeiros números, são desconhecidos, no qual se supõe ser maior do que revelam pesquisas. Assim, é reconhecível que o abortamento legal,

realizado em clínicas tomadas por procedimentos para autorização, terão melhor controle sobre seus números.

Alguns autores ainda defendem que, observada a precariedade do Sistema único de Saúde, descriminalização do abortamento, o acompanhamento necessário, tornará o sistema ainda mais sobrecarregado, gerando filas de espera e déficit na qualidade da prestação de serviços (FELIZARDO; MARTINS, 2019).

Ideia Central Síntese - A religiosidade como guia na conduta moral

“Ela moldou minha forma de pensar, ampliou meus pensamentos. Ela ajuda a intimar sobre como agir, se algo é errado. Nossas escolhas são baseadas naquilo que sentimos no nosso interior e nossos pensamentos, opiniões, conceitos, concepções, são baseados nos ensinamentos religiosos.”

A laicidade se caracteriza por respeito a prática religiosa sem que esta predomine sobre a política de estado, ou seja, que o estado se afasta de toda e qualquer religião (LAFER, 2019).

É, portanto, indevido questionar e criticar a participação e opinião de religiosos sobre temas como abortamento, visto que a liberdade individual permite o livre posicionamento. Ter um estado laico, portanto, é garantir o exercício deste direito e não somente de controlar a livre influência da religião sobre suas leis. Assim, há diversidade social e o respeito a liberdade individual, logo, o acesso a democracia (BIROLI; MIGUEL, 2016).

Reforçar que formação da personalidade do indivíduo envolve, além das características biológicas, a própria socialização. E entre os meios sociais com maior força de formação de opinião está a religião. E a partir disto, é compreensível que a religião influencie a sociedade de um modo geral a partir da conduta moldada de um indivíduo, onde seus princípios e valores são guiados por ela e que o indivíduo se sinta livre e a vontade para segui-la, sem constrangimento na aceitação e abertura desta para lhe orientar como deve ou não se comportar e o que é ou não errado. E é neste ponto que se insere a laicidade do estado, no sentido limitar a influência religiosa sobre suas leis e respeitá-la como um direito dos indivíduos sociais (SANTOS *et al*, 2020).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abortamento possui uma complexidade por se basear em direitos opostos a serem acessados: o da vida pelo feto e o da autonomia pela progenitora. Este debate se torna mais intenso quando se insere no contexto religioso, no qual há um peso e favoritismo sobre o primeiro e contraposição ao segundo, que é visto como um pecado.

Neste sentido, é observado que a religião influencia condutas sociais de seus fiéis, por compor regras a serem obedecidas. Neste ponto, entra em questão o acesso a laicidade e sua manutenção pelo estado, de forma a controlar a influência religiosa sobre suas leis e ao mesmo tempo, assegurar a prática religiosa pelos indivíduos.

Assim, se observa que religiosos possuem grande defesa da vida do feto por se considerar a dependência deste pelo corpo físico da mulher para o seu desenvolvimento, e assim, o seu nascer e acesso a vida. Nisto, há defesa da autonomia da mulher, mas há rejeição sobre a possibilidade de o exercício desta autonomia permitir a prática do que é considerado um pecado. Assim, levanta-se o questionamento base para o debate sobre o abortamento: qual direito é mais válido, o da vida do feto ou da autonomia da mulher sobre seu corpo?

REFERÊNCIAS

- ARENA FILHO, Alexandre. A legalização do aborto como forma de reduzir a quantidade de mortes maternas e os índices de criminalidade. In: XII Seminário Internacional De Demandas Sociais E Políticas Públicas Na Sociedade Contemporânea, 12., 2015, Santa Cruz do Sul. **Central de Publicações Jurídicas**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13142>. Acesso em: 08 jun. 2020.
- BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). Aborto, democracia e laicidade. In: MIGUEL, Flavia Biroli e Luis Felipe. **Aborto e Democracia**. São Paulo: Alameda, 2016. Cap. 1.
- BONATTI AF, Santos GWS, Ribeiro TAN, *et al.* Fatores Associados ao Tipo de Gestação não Planejada na Estratégia de Saúde da Família. **Rev Fund Care** Online. 2018 jul./set.; 10(3):871-876. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.871-876>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510**, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRASIL. **Constituição. 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.406**, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- CHADE, Jamil Cesar. **Países que liberaram aborto têm taxas mais baixas de casos do que aqueles que o proibem**. 2016. O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,paises-que-liberaram-aborto-tem-taxas-mais-baixas-de-casos-que-aqueles-que-o-proibem,10000050484>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660. ISSN 1678-4561. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>
- JUNIO, Cledes. **Aborto: o paradoxo entre o direito a vida e a autonomia da mulher**. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62558/aborto-o-paradoxo-entre-o-direito-a-vida-e-a-autonomia-da-mulher>. Acesso em: 17 fev. 2021

LAFER, Cesar. **A Laicidade do Estado**: a expressão da arte da separação da esfera: dá a cesar o que é de cesar, a deus o que é de deus. A expressão da arte da separação da esfera: dá a Cesar o que é de Cesar, a Deus o que é de Deus. 2019. O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-laicidade-do-estado,70002686549>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LOPES, Simone Dalila Naci; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Meu corpo, minhas regras: mulheres na luta pelo acesso ao serviço público de saúde para a realização do aborto seguro. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 20-33, dez. 2019.

PESQUISA LOCOMOTIVA & INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO: (Brasil). **Percepções sobre o aborto no Brasil**. São Paulo, 2017. 15 slides, color. Disponível em: <https://assets-institucional-ippg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/12/Pesquisa-Percep%C3%A7%C3%B5es-sobre-Aborto.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SANTOS, Camila Rodrigues Silva; ROAZZI, Antonio; SOUZA, Bruno Campello de; NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros do. A influência da religião e suas práticas, mediadas pela personalidade, na atuação do indivíduo no contexto organizacional. **Revista Amazônica**, Campina Grande, v. 25, n. 2, p. 449-477, dez. 2020.

SILVA, José Gustavo Santos da. **Aborto: os “pró vida” e os “pró escolha”**. 2017. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/blog/ver/53/38056>. Acesso em: 30 jan. 2021.

VIEIRA JÚNIOR, Luiz Augusto Mugnai. O discurso religioso católico sobre o aborto e a biologização da vida social. **vozes, Pretérito & Devir**, Paraná, p. 85-105, jun. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 141, 143, 144, 149, 164

Atenção à saúde 46, 53, 64, 90, 92, 94, 113, 114, 184, 215

Atenção básica 46, 53, 60, 106, 109, 110, 162, 164, 165, 171, 172, 202

Autonomia 10, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 33, 40, 41, 48, 170

B

Briófitas 28, 29, 30, 31

C

Cobertura vacinal 44, 48, 50, 51, 52, 54, 111, 112, 114, 119, 120, 121, 122, 124

Criança 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 87, 136, 163, 164, 167, 169, 171, 195, 196, 206, 212

D

Depressão 37, 40, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 109, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Depressão pós-parto 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 109, 162, 163, 165, 172, 173, 174

E

Economia 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 107

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 90, 92, 101, 102, 103, 105, 107, 109, 162, 172, 174, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

Epistemologia 66

Escherichia coli 30, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Esclerose múltipla 90, 91, 92, 93, 94

Esteatose hepática 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

Estratégia de saúde 26, 44, 46, 48, 51, 52, 55, 165, 177

F

Fator de risco 76, 86

Fitoterapia 28

I

Idosos 32, 34, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 111, 113, 120, 122, 123, 124, 133,

198, 199

Imunização 45, 47, 49, 50, 54, 111, 112, 113, 114, 115, 120

Influenza 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124

Institucionalização 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46

Instituição de longa permanência 32, 34, 41, 42, 43

Integralidade 175

Internação 121, 185, 193, 198, 199

L

Lúpus bolhoso 136, 137

M

Microbiota fúngica 95, 101

O

Obesidade 75, 83, 84, 86, 87, 88, 199, 201, 202

P

Pênfigo foliáceo 136, 137, 140

Q

Queijo fresco 126, 127, 131

R

Reanimação cardiopulmonar 1, 2, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 15, 17

Religiosidade 21, 25, 42

S

Saúde da família 26, 39, 44, 46, 48, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 63, 65, 103, 104, 106, 110, 162, 165, 174, 177

Septo vaginal 179, 180, 181, 182

Sífilis gestacional 141, 142, 144, 148, 149

Staphylococcus aureus 30, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

SUS 48, 52, 53, 68, 122, 178, 199, 201, 202

T

Tamponamento cardíaco 195, 196

Terapia intensiva 1, 2, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 101

U

Ultrassonografia abdominal 151

V

Vacinação 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 113, 114, 119, 121, 122, 123, 124

Visita puerperal 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Z

Zona rural 125, 128, 133



CIÊNCIAS DA SAÚDE:

Influências sociais, políticas, institucionais e ideológicas



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS DA SAÚDE:

Influências sociais, políticas, institucionais e ideológicas



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



facebook.com/atenaeditora.com.br